



Artigo

Pandemia e educação superior no Brasil

Pandemic and higher education in Brazil

Pandemia y educación superior en Brasil

Deise Mancebo¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Resumo

O texto discute os impactos da pandemia da Covid 19 na educação superior brasileira. Para a apreensão da temática, ancora-se numa investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos sistemáticos na imprensa alternativa e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão do tema, mas também na consulta de dados agregados já existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga, a um só tempo, aspectos quantitativos e qualitativos. Segue, em linhas gerais, o seguinte plano: primeiramente, busca analisar a situação política e econômica na qual se encontrava o país, quando da chegada da pandemia da Covid 19, por considerar que os impactos econômicos e sanitários da propagação do vírus dependiam de fendas e vulnerabilidades preexistentes. Analisa as particularidades do enfrentamento da pandemia no Brasil, com especial destaque ao negacionismo em relação aos preceitos sanitários e científicos, que tem caracterizado o bolsonarismo. Adentra, então, no universo da educação superior, organizando os argumentos a partir da análise de dois eixos, considerados centrais para essa discussão: os impactos do ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo nas instituições de educação superior brasileiras. Após essas considerações, apresenta o que, de fato, mudou com a chegada da pandemia nas instituições e os horizontes que se descortinam para elas.

Abstract

The text discusses the impacts of the Covid 19 pandemic on Brazilian higher education. For the apprehension of the theme, the article is anchored in an exploratory investigation, which included bibliographic research, systematic surveys in the alternative press and documentary analysis of convergent problems necessary to understand the theme, but also in the consultation of already existing aggregated data, adopting, therefore, an analysis perspective that combines, at the same time, quantitative and qualitative aspects. It follows, in general lines, the following plan: firstly, it seeks to analyze the political and economic situation in which the country was, when the pandemic of Covid 19 arrived, considering that the economic and health impacts of the spread of the virus depended on pre-existing vulnerabilities. It analyzes the particularities of the pandemic in Brazil, with special emphasis on the negation of the sanitary and scientific precepts that have characterized bolsonarism. Then, it enters the universe of higher education, organizing the arguments based on the analysis of

¹ Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-8312-4495>. E-mail: deise.mancebo@gmail.com.

two axes, considered central to this discussion: the impacts of ultraneoliberalism and neo-conservatism on Brazilian higher education institutions. After these considerations, it presents what, in fact, changed with the arrival of the pandemic in the institutions and the horizons that unfold for them.

Resumen

El texto discute los impactos de la pandemia de Covid 19 en la educación superior brasileña. Para la comprensión del tema, el artículo está anclado en una investigación exploratoria, que incluyó investigación bibliográfica, encuestas sistemáticas en la prensa alternativa y análisis documental de problemas convergentes necesarios para comprender el tema, pero también en la consulta de datos agregados ya existentes, adoptando, por lo tanto, una perspectiva de análisis que combina, al mismo tiempo, aspectos cuantitativos y cualitativos. El texto sigue, en líneas generales, el siguiente plan: en primer lugar, busca analizar la situación política y económica en que se encontraba el país, cuando llegó la pandemia de Covid 19, considerando que los impactos económicos y de salud de la propagación del virus dependían de las vulnerabilidades preexistentes. Analiza las particularidades del enfrentamiento de la pandemia en Brasil, con especial énfasis en el negativismo de los preceptos sanitarios y científicos que ha caracterizado al bolsonarismo. A continuación, ingresa al universo de la educación superior, organizando los argumentos basados en el análisis de dos ejes, considerados centrales para esta discusión: los impactos del ultraneoliberalismo y el neoconservadurismo en las instituciones de educación superior brasileñas. Después de estas consideraciones, presenta lo que, de hecho, cambió con la llegada de la pandemia a las instituciones y los horizontes que se desarrollan para ellos.

Palavras-chave: Pandemia, Educação superior, Ultraneoliberalismo, Neoconservadurismo.

Keywords: Pandemic, Higher education, Ultraneoliberalism, Neo-conservatism.

Palabras claves: Pandemia, Educación superior, Ultraneoliberalismo, Neoconservadurismo.

Introdução

"Nem tudo que se enfrenta pode ser alterado; mas nada pode ser alterado até que seja enfrentado."
James Baldwin²

A escrita desse artigo partiu do desafio posto por colegas da Universidade Federal do Pará, ao me convidarem para participar de um círculo de debates sob o título "Pandemia e Universidade em Diálogo Internacional", quando apresentei uma primeira versão desse texto³. Ele segue, em linhas gerais, o seguinte plano: primeiramente, busca analisar a situação política e econômica em que se encontrava o país, quando da chegada da pandemia nestas plagas, por considerar que os impactos econômicos e sanitários da propagação do vírus dependiam de fendas e vulnerabilidades preexistentes. Adentra, então, no universo da educação superior, a partir da análise de dois eixos, considerados centrais para essa discussão: os impactos do

² Escritor e ativista negro, norte-americano, falecido em 1987.

³ O debate completo pode ser visto em:

< <https://www.facebook.com/faed.ufpa.14/videos/297734231610333>>.

ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo nas instituições de educação superior brasileiras (IES). Somente após essas considerações, foi que se pôde detectar o que, de fato, mudou com a chegada da pandemia nas IES e os horizontes que se descortinam para elas.

Para a discussão da temática, o texto ancora-se numa investigação de caráter exploratório, que contemplou pesquisa bibliográfica, levantamentos na imprensa alternativa e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão dos temas, mas também na consulta de dados agregados já existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga, a um só tempo, aspectos quantitativos e qualitativos. A isso deve-se somar as contribuições recebidas na ocasião em que a versão preliminar do texto pôde ser apresentada e discutida.

1. A complexa conjuntura pré-pandêmica no Brasil

A situação generalizada de crise, descortinada pela pandemia do Novo Coronavírus, encontrou o Brasil numa conjuntura bastante complexa. Assim, antes de abordar a crise sanitária, é preciso destacar que o país ingressara numa nova crise capitalista e que a versão de que “vínhamos crescendo e a pandemia chegou para atrapalhar”, apresentada por algumas de nossas autoridades, é falaciosa. “A crise já estava em curso [pelo menos desde 2015] e era anunciada pelos próprios economistas burgueses” (FONTES, 2020, s.p.).

Alguns dados confirmam tal afirmação. O cenário pré-existente ao vírus já era de baixo crescimento econômico, evidenciado pelo tímido crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2019. Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2020, antes ainda dos efeitos da pandemia, o PIB do Brasil teve retração de 1,5%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

O desemprego também subia, atingindo 12,6% no trimestre encerrado em abril (IBGE, 2020), sem contar o grande número de trabalhadores em situação de informalidade e precariedade.

A desigualdade social já era extrema, com o Brasil ocupando o 6º lugar dentre os países mais desiguais do mundo, o que contribuía para a pobreza endêmica, com vastas parcelas da população (especialmente, preta), amargando condições de vida e de moradia degradadas e serviços sociais insuficientes⁴.

Como bem sintetiza Harvey (2020), décadas de neoliberalismo no mundo (e no Brasil) deixaram os países “totalmente expostos e mal preparados para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre, apesar de sustos anteriores como a SARS e o Ebola fornecerem avisos abundantes e lições convincentes” (s.p.) sobre o que deveria ter sido feito. Cabe destacar, que as expropriações de direitos sociais incidiram intensamente na saúde, com privatização de parcelas expressivas das políticas universais e com a transferência de boa parte da saúde pública para empresários da área ávidos por lucro. Todavia, as políticas de austeridade não consideraram os avisos dos surtos anteriores e, muito menos, as destruições provocadas na saúde pública,

⁴ Conforme Guimarães (2020, s.p.), “o Brasil é o segundo país do mundo em concentração de renda, onde 1% da população detém 28% da renda nacional, somente superado pelo Catar onde 1% da população detém 29% da renda”.

de modo que chega-nos a COVID-19 quase como que uma “vingança da natureza” por anos de maus-tratos e abusos “nas mãos de um extrativismo neoliberal violento e não regulamentado” (HARVEY, 2020, s.p.).

Em quase todo o mundo, as recomendações sanitárias dos cientistas de que o isolamento em massa era a principal recomendação para o enfrentamento da pandemia foram seguidas por governos dos mais diversos matizes. Salvo raras exceções, parte dos preceitos neoliberais, mesmo em administrações mais conservadoras, foram parcialmente abandonados com a adoção de medidas como a recomposição da renda dos trabalhadores, auxílios para desempregados e ampliação dos benefícios sociais para trabalhadores informais. Em síntese, muitos Estados adotaram medidas mais ativas visando à garantia da vida, seja para os que foram acometidos pela doença, bem como para os que foram forçados ao isolamento social para evitar contágios e ampliação da epidemia. Pode-se afirmar que, com maior ou menor ênfase, o enfrentamento da grave situação sanitária sobrepôs-se aos preceitos econômicos, “recompondo algum senso de comunidade, perdido pela ruptura dos laços de solidariedade com o amadurecimento do capitalismo” (COLOMBI et al., 2020).

2 – A chegada da pandemia no Brasil: negacionismo e outras particularidades

Como no resto do mundo, em março de 2020, a pandemia também desafiava o Brasil a lançar mão de uma ação coordenada e regulamentada por parte dos governantes, do legislativo e da população, visando ao enfrentamento da crise. Todavia, não foi o que ocorreu. No Brasil, a combinação da instabilidade político-institucional, com a crise econômico-social e a crise sanitária foi cunhada, desde o início, por uma falsa polêmica entre instituir o isolamento social ou manter as atividades econômicas, que acabou se configurando como a situação hegemônica, à revelia das recomendações de médicos e da ciência. Numa oposição superficial e simplista entre economia e vida, ganhou a economia, submetendo a população (especialmente a mais pobre) à contaminação e à morte pelo vírus.

Achille Mbembe (2017), filósofo camaronense, desenvolveu o conceito de necropolítica, que bem se aplica ao nosso país, pois ele diz respeito à arbitrariedade violenta do Estado em decidir quem deve viver e quem deve morrer. A tanatoeconomia, que é o braço econômico da necropolítica, manteve-se, no Brasil, à revelia da pandemia, a partir do tripé austeridade fiscal permanente, retirada de direitos sociais e manutenção de privilégios de propriedade.

Imperou de modo incontestado a linha fascista diante da epidemia: morra quem tiver que morrer, mas a acumulação capitalista não pode parar. Diferentemente da maioria dos outros governos mundiais, que adotaram medidas mais protetivas aos trabalhadores e à população que adoeceu, no Brasil, as políticas necrófilas negaram a gravidade da pandemia e trataram as milhares de mortes tão somente como efeitos colaterais que não justificam a interrupção das necessidades sacralizadas do capital dominado pela finança.

Do ponto de vista concreto, logo de início, liberou-se 1,2 trilhões de Reais para o sistema financeiro nacional, assegurando aos bancos sua

solvência, no mesmo compasso em que a população começava a morrer e mesmo outros setores da economia sucumbiam diante da crise. Conforme Colombi et al. (2020), para os trabalhadores, as soluções governamentais, alinhadas com os interesses dos grandes grupos econômicos e com o financismo, só “agravaram a situação e as incertezas quanto à renda e ao emprego” (s.p.), jogando o ônus da crise econômica [e da pandemia] nas costas dos trabalhadores.

A decisão de transferir recursos à parcela da população desassistida deu-se tão somente por meio de um auxílio emergencial de R\$ 600,00, paga por três meses. Obviamente, a medida foi uma conquista da oposição ao governo no Congresso, de extrema importância, mas insuficiente. No mais, não houve uma ação direta e firme do Estado, imprescindível para assegurar o necessário isolamento domiciliar, atenuar o colapso econômico [especialmente] durante a “quarentena”, bem como, “lançar medidas de injeção de recursos públicos direcionadas para o planejamento econômico, acenando para o momento posterior à pandemia” (COLOMBI et al., 2020, s.p.).

Na realidade, apesar de poucas vozes dissonantes entre o coro da classe dominante, nas diversas frações da burguesia predominou um programa de ação que aproveitou a

“janela de oportunidades” para avançar ainda mais na retirada de direitos da classe trabalhadora, estabelecendo novas bases legais para uma inacreditável elevação do patamar da superexploração; garantir o máximo de transferência do fundo público, especialmente para o setor financeiro, em nome da garantia de condições de crédito e auxílio às empresas; assegurar que os gastos extraordinários do Estado, dispendidos durante a pandemia, sejam depois revertidos por um retorno à lógica austericida do “ajuste fiscal”; e limitar o alcance das medidas de distanciamento social, mantendo o máximo possível de empresas abertas, [mesmo que ao] custo de vidas humanas (BADARÓ, 2020, s.p.).

Em síntese, o âmago da economia política da morte associada à ideologia negacionista, ampliaram uma massa de subcidadãos, deixados à sua própria sorte (empreendedorismo!) para que elaborem estratégias de sobrevivência entre o emprego informal, o desemprego, o subemprego, a viração e a morte!

3. Educação superior no Brasil em tempos de ultraneoliberalismo e neoconservadorismo

Como se encontrava a educação superior no país, quando a epidemia por aqui desembarcou?

Tenho defendido a tese de que, desde 2015, precisamos de dois eixos centrais para a análise da educação superior no país. Eles se referem aos impactos do ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo sobre as IES (MANCEBO, 2020).

Para o ultraneoliberalismo, o gasto público é excessivo e a gestão da austeridade fiscal impõe-se. De um modo geral, esse era (e é) o clima que

vivemos no Brasil, e que afeta as IES, pelo menos desde o início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2015. A partir do golpe de 2016, os responsáveis pela economia aprofundaram a política do austericídio, radicalizando o desmonte do Estado e a destruição das políticas públicas voltadas à maioria da população (MANCEBO, 2020).

A principal medida a seguir esse receituário foi a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95⁵, que só no setor de saúde foi responsável, em 2019, pela redução orçamentária de mais de R\$ 20 bilhões, conforme estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2020). Muito já se escreveu sobre essa Emenda Constitucional, mas cabe destacar que todas as suas restrições referem-se tão somente às “despesas primárias” e que, portanto, as despesas financeiras seguem livres para crescerem o quanto quiserem os governantes, como bem analisa Kliass (2019):

[...] esse mesmo torniquete que se propõe a estrangular as políticas de previdência social, saúde, educação, trabalho, assistência social, saneamento, agricultura e tantas outras não atinge a despesa vip do financismo. [...] Em português direto: as despesas financeiras não estão submetidas a nenhum tipo de controle (s.p.)!

No entanto, o ímpeto austericida não parou por aí. Na linha da austeridade, tivemos, adicionalmente à EC nº 95, a redução fantástica do custo do trabalho vivo, de que é prova, a aprovação da Lei da Terceirização⁶, e da Reforma Trabalhista⁷, ambas em 2017, e a Reforma da Previdência⁸, em 2019, que cristalizou a retirada de direitos de trabalhadores e aposentados com o mesmo discurso demagógico e falso da iminente quebra do Estado.

Todas essas novas legislações prometeram gerar empregos e melhorar a economia e não cumpriram, resultando apenas em um Estado menos capaz de amparar a população e, no nosso caso, a educação. Em síntese, em uma conjuntura de crise internacional, em que a ação do Estado como suporte às políticas sociais inclusivas e compensatórias se fazem mais do que urgentes, a resposta dos governos brasileiros, desde 2015, tem sido a repetição monótona e mentirosa da receita do austericídio.

Mas, ocorreram ainda ataques específicos direcionados à educação superior, como o contingenciamento de 30% do orçamento das universidades federais, em 2019, nas verbas discricionárias destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, dentre outros.

A pesquisa e a pós-graduação também foram duramente sacrificadas. Conforme Squissardi (2020):

⁵ A EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, acrescentou oito artigos às Disposições Constitucionais Transitórias. Por meio dela, ficaram estabelecidas as regras e as condições operacionais para a vigência de um “novo” regime fiscal, congelando por 20 anos as despesas orçamentárias da União. A cada novo exercício os valores serão apenas corrigidos pelo índice de inflação oficial relativo ao período.

⁶ Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.

⁷ Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

⁸ Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Os cortes no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ao qual está vinculado o CNPq, reduziram as verbas desse Ministério a cerca de ¼ das que lhe foram atribuídas em 2016. [...] O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2020 prevê uma redução de recursos para funcionamento e pagamento de bolsas e auxílios da Capes de cerca de 40% em relação a 2019 (de aproximadamente R\$ 4.0 bi para cerca de R\$ 2,3 bi). Em 2020, o orçamento da Capes corresponderá a cerca de 25% do de 2015, quando o número de programas de pós-graduação era de 2.057 contra os cerca de 4.300 atuais e o de mestrandos e doutorandos era de 163.671 contra os cerca de 400.000 atuais (p. 155).

O neoconservadorismo é o segundo eixo a ser considerado para a análise da educação superior no país. A ideologia neoconservadora possui muitos matizes que se manifestam em uma profusão de autores e diferentes concepções e advém de causas também variadas e complexas, impossíveis de serem exploradas nesse texto. Todavia, interessa registrar que assistimos, desde as manifestações de 2015, a um avanço conservador poucas vezes visto na história da sociedade brasileira.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, pode-se afirmar que, para além do neoconservadorismo, o país aproxima-se de um regime semifascista, mesmo que não apresente algumas das características do fascismo clássico, do século passado⁹. Mas, fortes traços fazem-se presentes, pelo menos no que tange às mentiras, manipulação, violência, cultivo do ódio para com os inimigos internos, opressão e racismo.

Ultraneoliberalismo e neoconservadorismo caminham juntos e Laval (2018) esclarece isso, com suas análises, indicando que vivemos um momento hiperautoritário do neoliberalismo,

[uma] perigosa fase do neoliberalismo que canaliza e explora os ressentimentos, as frustrações, o ódio, o medo de diferentes frações da população, dos pobres e dos ricos, para direcioná-los contra bodes expiatórios. Esses últimos podem ser imigrantes, pessoas consideradas preguiçosas, vagabundas, parasitárias, as minorias sexuais ou étnicas, partidos ou líderes políticos de esquerda, pouco importa (LAVAL, 2018, s.p.).

Desafortunadamente, a educação, as universidades, as escolas, a ciência e a cultura com seus professores, estudantes, artistas, cientistas e intelectuais têm sido alvos privilegiados desta agressão. Pode-se afirmar, inclusive, que as universidades e o mundo acadêmico-científico “ocupam um lugar importante no projeto de poder do bolsonarismo. Como alvo a ser abatido” (MOTTA, 2020, s.p.)! Partem do princípio de que a esquerda conquistou uma hegemonia no mundo da cultura e na academia, é o ninho onde se alimentam os esquerdistas e se propaga o “marxismo cultural” e, para derrotar definitivamente esse “fantasma vermelho” julgam necessário golpear e

⁹ O fascismo clássico contava com uma sólida massa da população organizada, projeto nacionalista, clara identidade política e outras características que faltam ao atual governo brasileiro.

anular politicamente as instituições que abrigam a cultura, a ciência e a educação.

Especificamente, o sistema federal é o grande alvo dos ataques e pode-se afirmar que toda a problemática que envolve as eleições de reitores nas universidades federais tem por meta garantir uma plena ingerência do governo nessas instituições, na tentativa de ajustá-las ideologicamente.

Além da motivação ideológica, interessa ao projeto bolsonarista enfraquecer os meios acadêmico-científicos para que não criem obstáculo a seus projetos econômicos e na medida do possível até contribuam.

Como bem sintetiza Miguel (2019, s.p.): “é um governo que é contra a educação. É um governo que vê a educação como ameaça”. As demandas históricas da educação são vistas como perigosas, pois se trata de um governo obscurantista, no sentido preciso da palavra, que deseja que mistificações sejam disseminadas pela sociedade, porque é isso que garante a sua base social (MIGUEL, 2019, s.p.).

Adicionalmente, a guerra cultural assumida pelo atual governo vai no sentido de implantar uma educação empreendedora, integrada ao mercado, acrítica e tutelada. Como não é possível eliminar fisicamente os adversários num regime que se afirma democrático, o que o bolsonarismo faz por meio das milícias digitais é tentar eliminar simbolicamente. Isso tem sido feito desde antes da eleição desse governo.

Sob esse prisma, o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se é primoroso. O Ministério da Educação já apresentou quatro versões do Future-se (em julho e outubro de 2019, e em janeiro e maio de 2020) e, se aprovado em qualquer das suas versões, o Future-se, que parte da dicotomia redutora e falsa de que o problema é o Estado e a solução é o mercado, deixará a universidade ao sabor das oscilações do mercado financeiro e de interesses estranhos ao ambiente universitário, pois visa:

[...] a desconstrução da autonomia universitária e, com ela, da possibilidade de produzir conhecimento [e formação] sem compromissos de ocasião, formando profissionais livres para servir à maioria da sociedade e não a uma pequena parcela dessa (CARLOTTO, 2019, s.p.).

Como discutido em outro texto, a universidade pública brasileira vem sofrendo uma série de ataques por órgãos estatais e setores da opinião pública, ofensiva que se intensificou com o início do governo Bolsonaro.

Entre as motivações para tal ofensiva, encontram-se posições ideológicas mais profundas: o obscurantismo, o anti-intelectualismo, a teoria do marxismo cultural e uma visão utilitarista estreita e míope das funções da ciência na sociedade. Com o Future-se, a pesquisa será inserida no ambiente dos negócios. O inovacionismo, já semeado no país, desde a década de 1990, será aprofundado, as invenções deverão ser rentáveis, isto é, deverão contribuir para a maximização dos lucros das empresas. A pesquisa básica, a pesquisa histórica e social, a pesquisa no campo artístico e cultural sofrerão descontinuidades (MANCEBO, 2020)!

4. Pandemia e universidade: novos ataques e riscos para além do vírus

Esse era o clima da educação superior brasileira com a chegada da pandemia. E o que ocorre de novo com o advento da crise sanitária?

Nas IES onde há complexos hospitalares, boa parte da área da saúde canalizou seus esforços para o atendimento presencial da população. Também se assiste a um forte empenho no redirecionamento de pesquisas para dar respostas à pandemia: pesquisas sobre tratamentos, fármacos e vacinas, produção de equipamentos médicos a baixo custo – como ventiladores respiratórios, equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos hospitalares –, desenvolvimento de programas e aplicativos para enfrentar as novas situações, acompanhamento da evolução da pandemia em suas dimensões epidemiológicas e sociais, produção e promoção de atividades de divulgação científica e debates sobre temas centrais da conjuntura, entre muitas outras atividades.

Nas demais unidades das diversas instituições, as atividades presenciais foram interrompidas e, imediatamente, muitos profissionais contratados em regimes especiais como contratos temporários, substitutos, e profissionais terceirizados, ficaram com seus empregos em risco e seus salários ameaçados. Para os demais, de um modo geral, o *home office* – uma das modalidades do trabalho remoto – foi a proposta, quase que automática, posta para o trabalho desenvolvido nas instituições, a partir da explosão da pandemia em nosso país.

Conforme Antunes (2020), de um modo geral, o *home office* joga o trabalhador(a) na sua casa, não lhe paga transporte, alimentação, nem os gastos que tem com equipamentos, e mais, provoca o insulamento domiciliar quebrando solidariedades de classe e embaralhando de vez o tempo de trabalho e de vida.

É importante sublinhar que o uso de tecnologias, do qual o nosso *home office* encontra-se obrigatoriamente dependente, não é em si mesmo explorador ou emancipador. No entanto, cabe observar que muitos efeitos deletérios para os profissionais em *home office* têm sido registrados por estudiosos do tema. Na realidade do *home office*, o lar passa a ser organizado desde a centralidade do trabalho, as jornadas extrapolam o acordado e, conforme Ruy Braga (2020): “essa tendência irá aprofundar as desigualdades existentes entre aqueles que terão condições de acompanhar as mudanças tecnológicas e aqueles que não serão capazes de se adaptar ao novo contexto social” (s.p.).

Especificamente o trabalho docente, que engloba o ensino, a pesquisa e a extensão, além de um crescente número de atividades administrativas, foi levado por inteiro para as casas dos professores, com a chegada da pandemia.

Neste complexo de atividades, o ensino remoto merece um destaque. Ele se alastrou junto com a pandemia, tanto no ensino privado como no público. Nas instituições privadas – que, em 2018, já detinham 24,3% de suas matrículas à distância, conforme censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) – salvo raríssimas exceções, o uso do ensino remoto objetiva a redução dos custos e fortalece os

grandes conglomerados privados. Como noticiou a imprensa¹⁰, a Laureate, que congrega várias faculdades privadas, além de utilizar robôs na correção de trabalhos sem o conhecimento dos alunos, demitiu mais de uma centena de professores, em maio de 2020. A Uninove demitiu 300 professores em finais de junho¹¹, o Grupo Ânima de educação dispensou 150 docentes no início de julho, em Belo Horizonte¹². Modelos pré-fabricados de EAD vêm sendo oferecidos a governos e escolas (KRAWCZYK, 2020). Já há uma plataforma brasileira para quem quer ganhar dinheiro preparando aulas on line¹³ e, tal como afirma um dos homens mais ricos do mundo, o Sr. Lemann¹⁴, o EAD deverá se disseminar após a pandemia.

Acontecimentos como estes, noticiados para a rede privada, não têm correspondência na rede pública. Mas, conforme analisou Krawczyk (2020, s.p.): “Seria muito ingênuo pensar que nossa universidade pública está isenta de pressões de interesses empresariais [tão fortes]”!

Resta a pergunta: a universidade pública pode oferecer EAD de qualidade, sem discriminação e exclusão? Sim, é claro, mas é pouco provável nas circunstâncias em que nos encontramos. O EAD requer planejamento cuidadoso, específico, deliberado, associado a atividades presenciais sistemáticas e com práticas pedagógicas desenvolvidas para a referida estratégia de ensino. Não há como transladar de forma açodada o planejamento de cursos presenciais em cursos baseados em trabalho remoto dos docentes. Adicionalmente, no Brasil, a conectividade e equipamentos tecnológicos são bens para alguns e os espaços de moradia muitas vezes não comportam a possibilidade de concentração para o estudo e trabalho. Assim, é bem possível que o EAD-improvisado deixe muitos de fora e aprofunde, ainda mais, o *apartheid* educacional. Deve-se registrar, por fim, que os resultados de aprendizagem por EAD não são muito positivos, mesmo quando bem planejados, mesmo na rede pública brasileira (MANCEBO, 2016) e até em países do exterior¹⁵.

Elencar esse conjunto de impedimentos, não invalida a possibilidade de continuarmos mantendo contato com os estudantes para acompanhar o que lhes está acontecendo e apoiá-los, se possível, nesse momento difícil. Assim, considero fundamental, que o tema das aulas remotas seja debatido de forma séria e bem fundamentado. Ou isso, ou estaremos desarmados ante aos

¹⁰ Ver, por exemplo: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/depois-de-colocar-robos-para-ensino-laureate-demite-120-professores.shtml>>.

¹¹ Noticiado em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/06/24/uninove-demite-professores-por-meio-de-plataforma-online.htm>>.

¹² Noticiado em: <<https://www.brasildefatoma.com.br/2020/07/07/mais-de-150-professores-sao-demitidos-da-una-faculdade-do-grupo-anima-em-bh>>.

¹³ Ver notícia em:

<https://professores.diariooficial.com.br/?utm_source=facebook&utm_medium=display&utm_campaign=professor&utm_content=mulher&fbclid=IwAR0P4mD-bhD_UuVO-pZDbeHoTdYP23_H_ZLR0mAkuOvYiV9ccQEbYPqGxP4#disciplinas>.

¹⁴ Ver notícia em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/leumann-dara-maior-enfase-a-ensino-virtual-em-suas-fundacoes.shtml>>. Ver também:

<<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-caixa-preta-das-startups-da-educacao/>>.

¹⁵ É ilustrativo que se assista ao vídeo-entrevista com o professor Paulo Blekstein, da Universidade de Colúmbia, pesquisador de novas tecnologias da educação, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OfzW8e329qA>>.

novos ataques dos que promovem a mercantilização da educação. Como bem analisa Santos (2020):

Se ela [universidade pública] não o fizer, será devorada pela vertigem neoliberal que agora se vê fortalecida pela orgia tecnológica de zoom, streamyard, webex, webinar, etc. [...] E, para eles, a universidade pública do futuro é online: imensas poupanças em pessoal docente, técnico, e em instalações; modo expedito de acabar com matérias “ideológicas” e com os protestos universitários [...]; eliminação de processos deliberativos presenciais disfuncionais (s.p.).

Por fim, cabe registrar que a pós-graduação, a pesquisa e a ciência também foram comprometidas com a crise sanitária. Com o isolamento social e a interrupção das atividades públicas, milhares de projetos foram paralisados parcial ou totalmente. As ações planejadas nos projetos de pesquisa terão que ser readequadas, os cronogramas terão que ser revistos, mas, nenhuma ação para garantia da estabilidade da ciência e da produção do conhecimento foi anunciada até o momento. Pelo contrário, órgãos federais aproveitaram para atacar a área científica como foi o caso da Portaria nº 34 da CAPES¹⁶, bem como da Portaria nº 1.122 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC)¹⁷.

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ideu de Castro Moreira, destacou em recente depoimento o importante papel da ciência no enfrentamento da pandemia, ressaltando, no entanto, a falta de recursos para o setor e os drásticos cortes sofridos nos últimos anos. Só para citar um exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) do país, atualmente, está com mais de 88% de seus recursos presos na reserva de contingência (SBPC, 2020b).

Em síntese, nas diretrizes dos atuais reformadores, a mudança de rota desejada implica a aplicação dos receituários do ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo, com uma agenda focada em privatizações, gestão por resultados, “aceleração da aprendizagem”, conteudismo e a adoção de um modelo “híbrido” que incorpore a educação a distância na política educacional.

5. Considerações finais: especulações sobre o que fazer

São muitos os problemas elencados ao longo do texto, e para cada um deles há enormes barreiras a serem superadas. Numa tentativa de síntese,

¹⁶ A Portaria nº 34, de 9 de março de 2020, que dispõe sobre as novas condições para fomento a cursos de pós-graduação *stricto sensu*, foi responsável pela redução de cerca de 10% do total de bolsas de pós-graduação permanentes financiadas pela agência desde sua implementação. Especialmente, os Programas com conceitos 3 e 4 perderam até 40% das bolsas. (SBPC, 2020a, s.p.).

¹⁷ A Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) nº 1.122, de 19 de março de 2020, define as prioridades para o financiamento dos projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações para o período 2020 a 2023. Nela, omite-se o apoio à ciência básica, às ciências humanas e sociais.

onde por certo muitos atalhos não serão contemplados, acredito que existam, pelo menos, quatro gigantescos desafios!

O primeiro e decisivo desafio, no momento, é lutar pela vida ameaçada pelo vírus, é a premência de impedir que o vírus continue matando milhares de brasileiros, pois a pandemia continua em expansão, a extensão do contágio e, conseqüentemente, de mortes mantém-se muito elevada, provavelmente, dez vezes maior do que os números oficiais expõem.

De maneira imediata, precisa-se, então, de um Estado capaz de recompor plenamente o sistema de saúde, de destinar recursos públicos para a saúde pública, universal e gratuita, garantidora da equidade e igualdade sociais. O Sistema Único de Saúde (SUS) "precisa ser, finalmente, implantado, o que jamais ocorreu plenamente" (FONTES, 2020, s.p.) e, para tal, é central que as decisões sobre alocação de verbas abandonem os critérios e os interesses exclusivamente mercadológicos. Em síntese, trata-se de valorizar a vida no lugar do lucro!

O segundo grande desafio é político e o centro da luta política deve ser a responsabilização direta do governo Bolsonaro pela tragédia que o país atravessa, pois ao longo de todo esse processo, esse governo menosprezou a severidade da crise sanitária, apesar das evidências esmagadoras de seu perigo; desafiou publicamente as medidas de isolamento social; compareceu e divulgou atos golpistas; boicotou os esforços de outros líderes do país e desconsiderou as mortes de milhares de cidadãos em prol de sua ambição de poder.

Em seguimento, esse cenário dramático de crise sanitária e econômico-social exige-nos o questionamento da própria forma como a sociedade se encontra organizada, e a agir para transformá-la. Como analisam Colombi et al. (2020):

Não é possível continuarmos a naturalizar uma sociedade que tem como princípio ordenador máximo a busca por lucros, que se baseia em crescente desigualdade, que relega grande parte da população a condições miseráveis de existência, que degrada o meio ambiente, que é particularmente violenta com negros e indígenas, que nos coloca em competição permanente e tende a destruir qualquer laço de solidariedade entre as pessoas, que coloca a "saúde da economia" acima da saúde das pessoas, e concebe a mera manutenção de um sistema de saúde universal e de qualidade como um "custo" intolerável (s.p.).

Esse dramático cenário bem define o "normal" em que vivíamos, cuja brutalidade precisa ser estancada, o que significa assumir que a crítica ao ultraneoliberalismo e ao neoconservadorismo siga acompanhada de uma crítica radical ao capitalismo, em prol de uma sociedade baseada em princípios que promovam a igualdade e a justiça social.

Por fim, a universidade pode desempenhar um papel decisivo em todo esse processo seja desenvolvendo equipamentos, criando novos protocolos que controlem e curem a doença, o que já vem exercitando amplamente, mas também pode ter um papel decisivo no fomento do debate e da luta contra o negacionismo e o obscurantismo, de uma maneira geral. Assim, há que se

defendê-la, tanto dos ataques destrutivos, que passam por cortes de verbas e ameaças de censura, como das iniciativas para dominá-la por dentro através de novos programas ou ainda da nomeação de dirigentes afinados com a pauta neoconservadora. Refiro-me à resistência contra projetos que, no limite, poderão levar à destruição das universidades como centros de produção de conhecimento e de formação relevantes para a sociedade!

Referências

ANTUNES, Ricardo. Meta é sairmos vivos dessa crise, metas do teletrabalho na pandemia. **Sintrajud**, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.sintrajud.org.br/meta-e-sairmos-vivos-dessa-crise-afirma-sociologo-contra-metas-do-teletrabalho-na-pandemia/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BADARÓ, Marcelo. Por que Bolsonaro ainda governa? **Esquerda on line**, Rio de Janeiro, maio 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/05/09/por-que-bolsonaro-ainda-governa/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BRAGA, Ruy. Covid-19 e avanço tecnológico. Nasce um outro mundo do trabalho. Entrevistas especiais com Ruy Braga Neto e Rafael Grohmann. **Combate Racismo Ambiental**, maio 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/05/04/covid-19-e-avanco-tecnologico-nasce-um-outro-mundo-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ruy-braga-neto-e-rafael-grohmann/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.429**, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. MEC. **Future-se**, de 3 de janeiro de 2020. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-236403674>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. MEC. Portaria nº 34, de 9 de março de 2020. Dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-34-de-9-de-marco-de-2020-248560278>>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. MCTIC. **Portaria nº 1.122**, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Weintraub propõe a universidade amordaçada. **Outras Palavras**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-plano-weintraub-para-a-universidade-amordacada/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=23_7_o_plano_weintraub_para_universidade_amordacada_boaventura_e_agora_brasil_um_novo_trump_como_chefe_do_governo_britanico_nossa_intimidade_a_servico_da_inteligencia_artificial&utm_term=2019-07-23>. Acesso em: 10 fev. 2020.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani et al. Nota sobre os impactos econômicos e sociais da Covid-19. **Grupo de Conjuntura da UFES**, Vitória, abr. 2020. Disponível em: <<https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/2020/04/02/nota-sobre-os-impactos-economicos-e-sociais-da-covid-19/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

FONTES, Virgínia. Entrevista: coronavírus e a crise do capital. **ANDES-SN**, Brasília, abr. 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cORONAVIRUS-e-a-cRISE-dO-cAPITAL1>>. Acesso em: 15 maio 2020.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Guedes, Bolsonaro e o Vídeo. **Revista Fórum**, jun. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/guedes-bolsonaro-e-o-video-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>>. Acesso: 1 jul. 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. **Carta Maior**, São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/4/47997>>. Acesso: 14 jul. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua)**, maio 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>>. Acesso: 14 jul. 2020.

INEP. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 2018**, Brasília, set. 2019. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.a>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INESC. **O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento Geral da União 2019**. abr. 2020. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/obrasilcombaixaimunidade/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

KLIASS, Paulo. Gastos com juros e cortes no orçamento. **Carta Maior**, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Gastos-com-juros-e-cortes-no-orcamento/7/44240>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

KRAWCZYK, Nora. As falácias da educação à distância se alastram com (e como) o Covid19. **Carta Maior**, maio 2020. Disponível em:

<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/As-falacias-da-Educacao-a-Distancia-se-alastram-com-e-como-o-Covid19/54/47657>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LAVAL, Christian. Bolsonaro e o momento hiperautoritário do neoliberalismo. **Blog da Boitempo**, out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/29/o-momento-hiperautoritario-do-neoliberalismo/?utm_source=Contatos+Boitempo&utm_campaign=f42be1894e-Campanha_P%C3%B3s-elei%C3%A7%C3%B5es&utm_medium=email&utm_term=0_68c0e326c0-f42be1894e-59940767>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MANCEBO, Deise. Breve análise do acesso e permanência na educação a distância: o caso do CEDERJ. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. (Orgs.). **Expansão e avaliação da educação superior: diferentes cenários e vozes**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 239-258.

MANCEBO, Deise (submetido). Educação superior no Brasil em tempos de ultraneoliberalismo e neoconservadorismo. **Educação & Sociedade**. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, v.32, n.2, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A gente tem que ser capaz de passar do protesto à resistência de fato. **Carta Maior**, set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-A-gente-tem-que-ser-capaz-de-passar-do-protesto-a-resistencia-de-fato-/4/45291>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista, as universidades e as redes. **Carta Maior**, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/A-guerra-cultural-bolsonarista-as-universidades-e-as-redes/54/47895>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade pós-pandêmica. **Outras Palavras**, jul.2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/boaventura-a-universidade-pos-pandemica/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SBPC. A nova política de distribuição de bolsas da CAPES: onde estamos e o que esperamos do novo plano. **Jornal da Ciência**, jun. 2020a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2020/06/GT-SBPC-bolsas-CAPE-2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SBPC. Corrida contra o coronavírus. **Portal SBPCNET**, jun. 2020b. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/corrida-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Um projeto neoliberal de heteronomia das federais e um passo a mais rumo a sua privado-mercantilização. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. (Orgs.). **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. São Paulo: Diagrama Editorial, 2020. p. 153-195.

Enviado em: 15/julho/2020 | Aprovado em: 21/agosto/2020